

Sumário

Normas Editoriais para Envio de Artigos7

LEI Nº 14.309/2022 – ASSEMBLEIAS VIRTUAIS

DOUTRINAS

1. As Assembleias Virtuais e Abertas em Condomínios e a Inovação da Lei nº 14.309/2022
Marcelo Vallejo Marsaioli9
2. Nova Lei nº 14.309, de 8 de Março de 2022 – Permite a Realização de Reuniões e Deliberações Virtuais nos Condomínios e nas Associações – Assembleias Virtuais Agora É Lei!
Alexandre Callé..... 12
3. Comentários sobre as Reuniões Virtuais da Assembleia Geral do Condomínio Edifício
Carlos Gabriel Feijó de Lima21
4. Breves Considerações sobre a Lei nº 14.309/2022, Que Permite a Realização de Assembleias e Reuniões Virtuais de Condomínios Edifícios e Possibilita a Sessão Permanente de Condôminos
Vander Ferreira de Andrade 26
5. Nova Lei Permite Assembleias Virtuais pelos Condomínios e pelas Organizações da Sociedade Civil
Marcelo Gustavo Baum..... 30

Parte Geral

DOUTRINAS

1. Violação de Regra Jurídica, Tutela Cautelar e Ação Rescisória
Rogério Tadeu Romano..... 32
2. Lei nº 14.365/2022: Novas Conquistas para Advocacia
Benigno Núñez Novo.....58
3. Exigência da Promessa de Doação e a Análise de Sua Existência e Viabilidade Jurídica à Luz da Boa-Fé Objetiva e das Perdas e Danos
Felipe Cunha de Almeida 66
4. Qual Deve Ser o Regime de Responsabilidade Civil Aplicável à Inteligência Artificial no Brasil?
Marcos Ehrhardt Júnior e Milton Pereira de França Netto 82

5. Condomínios e Associações – Privacidade de Dados e Nomeação de Encarregado/DPO – A Figura do Encarregado Não Seria Mais Obrigatória para Condomínios e Associações? 91
Luís Rodolfo Cruz e Creuz.....
6. Administrador Judicial e o Prazo de Quarenta Dias 98
Carlos Roberto Claro.....
7. A Lei do Superendividamento e Ampliação Principiológica do CDC 103
Gisele Leite e Ramiro Luiz Pereira da Cruz

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

1. Superior Tribunal de Justiça..... 118
2. Superior Tribunal de Justiça..... 139
3. Superior Tribunal de Justiça..... 149
4. Tribunal Regional Federal da 1ª Região..... 158
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região..... 167
6. Tribunal Regional Federal da 3ª Região..... 178
7. Tribunal Regional Federal da 4ª Região..... 185
8. Tribunal Regional Federal da 5ª Região..... 196

EMENTÁRIO

1. Ementário de Jurisprudência Civil, Processual Civil e Comercial 209

Seção Especial

SENTENÇA NA ÍNTEGRA

1. Tribunal Regional Federal da 3ª Região..... 228

Índice Alfabético e Remissivo..... 236

Errata

O artigo intitulado “Qual Deve Ser o Regime de Responsabilidade Civil Aplicável à Inteligência Artificial no Brasil?”, de autoria dos renomados juristas Marcos Ehrhardt Júnior e Milton Pereira de França Netto, publicado na *Revista SÍNTESE de Direito Civil e Processual Civil*, edição de nº 138, foi originalmente publicado no site Migalhas.

Original publicado no site: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/361697/qual-regime-de-responsabilidade-civil-aplicavel-a-ia-no-brasil>.